

O DESEMPREGO NA PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO

CLAUDIO SALVADORI DEDECCA

Resumo: A Pesquisa de Emprego e Desemprego deu uma grande contribuição para inovar as metodologias dos levantamentos socioeconômicos, em especial sobre a mensuração do desemprego. O ensaio explora esta dimensão da PED e procura explicitar sua atualidade dentre os levantamentos nacionais e internacionais existentes e seu papel para subsidiar as políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Desemprego. Política social.

Abstract: The Pesquisa de Emprego e Desemprego gave a great contribution to innovate the methodologies of the social-economic surveys, in special on the measure of the unemployment. This paper explores this dimension of the PED and looks for its continuity importance for the national and international surveys and its paper to subsidize the public politics of labor and income.

Key words: Labor market. Unemployment. Social policy.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP tem mais de 20 anos de existência. Com certeza, ela se constitui na experiência de maior êxito de levantamento socioeconômico não conduzido por um instituto nacional de estatística. Nascida da insatisfação em relação aos indicadores de desemprego disponíveis para a RMSP no início dos anos 1980, a PED se transformou em referência internacional, no que diz respeito à inovação metodológica e ao arranjo institucional na sua gestão.

Resultado de um convênio entre o Governo do Estado de São Paulo e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese, a pesquisa incorporou, ainda em momento de sobrevivência dos governos autoritários do após 1964, os trabalhadores na construção e gestão de um novo sistema de informação socioeconômico, o qual teve seu papel social transformado ao longo de sua história.

De um levantamento que permitiu evidenciar a gravidade do desemprego na recessão da primeira metade dos anos 1980, a PED se tornou um sistema de informação relevante para a condução das políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Diversas foram as oportunidades em que órgãos públicos demandaram a incorporação de variáveis adicionais ao levantamento corrente, com o objetivo de obter informações específicas para orientar as políticas públicas. Nos seus primeiros anos, a PED foi demandada pelos Conselhos da Condição Negra e Feminina para ampliar o escopo de informações sobre gênero e cor. Posteriormente, a experiência deu base para a construção de um novo levantamento detalhado sobre a situação socioeconômica do Estado de São Paulo, a Pesquisa de Condições de Vida – PCV. Com o agravamento da situação de ocupação nos municípios do ABCD, nos anos 1990, as prefeituras da região solicitaram a elaboração de indicadores específicos. Ao longo da sua vida, outros governos estaduais estabeleceram acordos com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade e o Dieese, para a implantação da PED para além da Região Metropolitana de São Paulo.

Passados mais de 20 anos, a PED é inegavelmente parte da história dos levantamentos nacionais sobre condições de vida e trabalho da população e de gestão democrática da informação. É também inquestionável que ela continua sendo uma das poucas experiências de inovação metodológica.

Este ensaio explora as razões para a PED continuar sendo uma exceção em termos de inovação metodológica, destacando a contribuição da pesquisa para a compreensão do desemprego.

A SUPERAÇÃO DA VISÃO DICOTÔMICA

As experiências acumuladas de levantamentos nacionais sobre as condições de vida e de trabalho foram fortemente marcadas pela trajetória dos mercados de trabalho dos países desenvolvidos.

O tema da mensuração da força de trabalho, da ocupação e do desemprego aprecia, já no início do século XIX, no debate nacional dos países europeus e dos Estados Unidos. Somente com a constituição da Organização Internacional do Trabalho – OIT, a questão ganhou fórum mais amplo. Em 1925, esta instituição consolidou, pela primeira vez, algumas diretrizes para a medição do desemprego nos países membros (STEWART, 1933).

Apesar dos efeitos devastadores da crise de 1929 sobre os mercados nacionais de trabalho dos países desenvolvidos, o tema não teve maior foco ao longo dos anos de dificuldades econômicas. A questão das políticas de combate ao desemprego dominou a agenda da OIT e, também, dos países desenvolvidos.

Somente no pós-guerra, a discussão sobre a mensuração do desemprego voltou a ocupar maior espaço nas políticas públicas nacionais e na própria OIT.

As 6ª e 8ª Conferências Internacionais de Estatísticas do Trabalho – Ciet, ocorridas respectivamente em 1947 e 1954, focaram sua atividade na definição metodológica para a construção de estatísticas de emprego e desemprego. Contudo, os termos que o debate assumiu estiveram estreitamente associados ao contexto econômico e social dos países desenvolvidos.

Pela primeira vez, o período longo de crescimento permitiu que estes países conhecessem uma situação sustentada de pleno-emprego, caracterizada por taxa de desemprego muito baixa. Ademais, a ampliação da regulação pública estatal e da negociação coletiva sobre os contratos de trabalho produziu uma situação de predominância do trabalho com proteção social, bem como uma elevada homogeneidade da estrutura ocupacional. O trabalho assalariado alcançou, na maioria dos países, 2/3 da estrutura ocupacional, sendo as formas de trabalho autônomo, liberal e de empregador também abarcadas pelo sistema de proteção ao trabalho.

Em um contexto de intensa e extensa regulação pública do mercado de trabalho, a dimensão reduzida do desemprego transformou-o em um fenômeno social bastante homogêneo. Sua forma predominante era a do desemprego aberto, que tendia ser coberto pelos mecanismos de políticas públicas de proteção ao trabalho, especialmente pelo seguro-desemprego.

A tendência de progressiva homogeneidade da estrutura ocupacional produzia, na prática, um quadro dicotômico nos mercados nacionais de trabalho dos países desenvolvidos. Tanto a situação de ocupado como aquela de desempregado era significativamente homogênea.

A construção dos levantamentos socioeconômicos, realizados originalmente pelos países desenvolvidos, foi influenciada por este contexto extremamente

favorável do crescimento e de suas relações particulares historicamente com o mercado de trabalho. Em face da qualidade metodológica e de campo desses levantamentos, eles serviram para informar a OIT nas discussões e deliberações sobre a definição de critérios e conceitos a serem adotados pelos sistemas nacionais de estatística dos países membros.¹

Assim, uma metodologia mais afeita à configuração dos mercados de trabalho dos países desenvolvidos foi tomada como parâmetro para construção de levantamentos socioeconômicos naqueles países.

Somente nos anos 1970, como parte do Programa Mundial de Emprego – PME, a OIT iniciou um esforço de construção metodológica orientada às especificidades da estrutura econômica e do mercado de trabalho dos países em desenvolvimento. Ele teve como elemento indutor um estudo realizado pela instituição no Quênia (OIT, 1972), que permitiu a elaboração do conceito de setor informal, o qual nada mais expressava que um conjunto de formas de trabalho cada vez mais significativamente distante daquele com proteção social predominante na Europa e nos Estados Unidos.

Na estratégia do PME, a OIT iniciou a implantação de ações regionais, como o Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe – Prealc, sediado em Santiago de Chile. Na trilha metodológica do estudo sobre o Quênia, o Prealc realizou diversas pesquisas de campo em algumas grandes cidades latino-americanas, buscando explorar a configuração heterogênea dominante nos mercados nacionais de trabalho da região. Apesar das pesquisas terem focado o setor informal com o objetivo de informar possíveis políticas de ocupação e renda, elas claramente evidenciavam a ampla distância entre as configurações dos mercados de trabalho latino-americanos e aquelas dos países desenvolvidos.

Uma das especificidades presentes nos mercados de trabalho da América Latina era a baixa incidência do desemprego aberto. A situação de falta de trabalho não aparecia de modo explícito como encontrada nos países europeus, mas mesclada por trabalho ocasional. Os levantamentos do Prealc sinalizavam que tanto a situação de ocupado como a de desempre-

gado era caracterizada por uma ponderável heterogeneidade.

O fim dos anos de crescimento prolongado do pós-guerra, na segunda metade dos anos 1970, deu marcha a um movimento de recrudescimento do desemprego em todos os países, independentemente do grau de desenvolvimento alcançado por cada um.

O reaparecimento do desemprego como um problema candente das sociedades capitalistas no final do século XX obrigou que governos ampliassem sua atenção para a política pública de seu combate, mas também para as metodologias de mensuração.

A necessidade de melhor conhecer a configuração do desemprego nas novas condições de funcionamento do capitalismo contemporâneo se expressou na resolução da 13ª Ciet/OIT, em 1982. Em sua resolução, foi reconhecida a necessidade de superar o quadro metodológico até então adotado para a mensuração do desemprego, indicando, ao menos, duas inovações relevantes a serem incorporadas pelos países membros da OIT, segundo suas características sociohistóricas. A primeira apontou para a necessidade do tempo de procura para a caracterização da condição de desemprego ser adequada às condições do mercado nacional de trabalho. A segunda ampliou a possibilidade de mensuração para além da situação de desemprego aberto.²

Apesar das novas orientações emergidas a partir da OIT, elas não foram incorporadas pelos sistemas nacionais de estatística, os quais continuaram e continuam restritos à mensuração do desemprego aberto.

A tendência de progressivo incremento da heterogeneidade dos mercados nacionais de trabalho observada nestas últimas décadas tem sido desconsiderada pelos institutos nacionais de estatística, tendo em conta que os levantamentos socioeconômicos continuam estabelecendo metodologias para configurações de mercado de trabalho que não mais prevalecem nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

A INOVAÇÃO METODOLÓGICA DA PED

Na experiência brasileira, o esgotamento do longo ciclo de desenvolvimento após a década de 1930, culminou na emergência, pela primeira vez, de uma

crise econômica urbano-industrial no país, a qual atingiu fortemente o centro mais dinâmico da economia nacional, a RMSP. Nos primeiros anos da década de 1980, a região se defrontou rapidamente com um desemprego crescente que não era refletido nos resultados do principal levantamento conjuntural, a Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – PME/IBGE.

A destruição de um quarto dos empregos industriais na RMSP, nos primeiros anos da década de 1980, criou uma situação social crítica, cujo momento mais paradigmático foi uma caminhada organizada pelos movimentos sindical e social do centro da cidade de São Paulo ao Palácio dos Bandeirantes, no primeiro semestre de 1983.

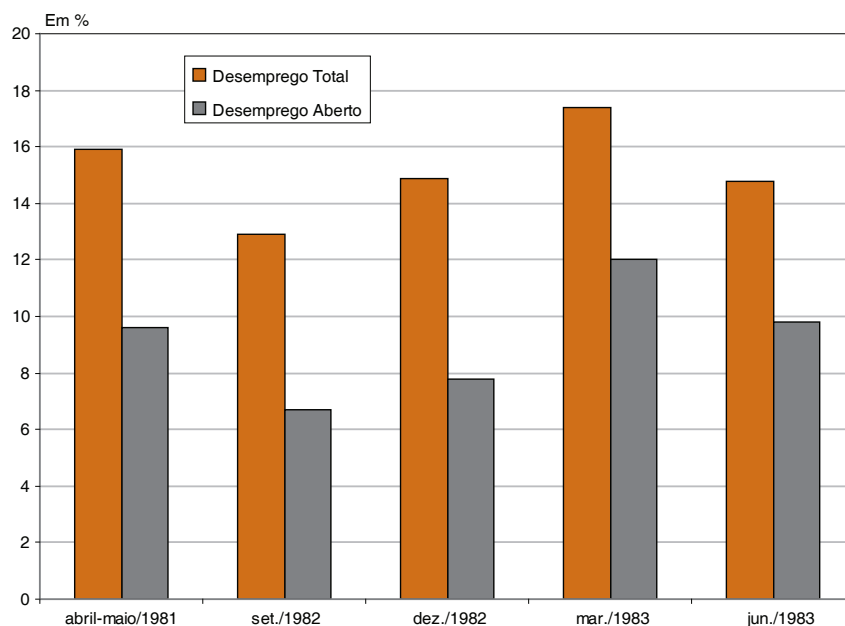
Frente a este quadro social, o Dieese incorporou um conjunto de questões relativas à condição de atividade e de ocupação, para o levantamento de informações sobre condições de vida na região metro-

politana, o qual foi realizado em 1982, tendo como objetivo principal a atualização da estrutura de consumo de seu Índice de Custo de Vida – ICV. As questões incorporadas adotavam uma perspectiva metodológica de mensuração do desemprego, assumido como heterogêneo. Os resultados propiciados pelo levantamento eram completamente diferentes daqueles encontrados no indicador oficial do governo, revelando tanto um desemprego aberto mais elevado, como a existência de desemprego associado à realização de bico. Em junho de 1983, o levantamento do Dieese (1984) apontava um desemprego aberto de 9,8% e total de 14,6%, contra um desemprego aberto da PME/IBGE de 7,7% (Gráfico 1).

O esforço do Dieese explicitou a urgência de construção de um levantamento socioeconômico que propiciasse informações sistemáticas que refletissem mais adequadamente a realidade de ocupação e desemprego prevalentes no mercado nacional de tra-

Gráfico 1

Taxas de Desemprego, por Tipo
Região Metropolitana de São Paulo – 1981-83



Fonte: Dieese (1984).

balho. A iniciativa era incompatível com as condições financeiras e organizacionais da instituição. Contudo, ela encontrou eco na transição democrática do Governo do Estado de São Paulo em 1983, que decidiu implantar o levantamento. Em novembro de 1984, eram divulgados os primeiros resultados da PED na Região Metropolitana de São Paulo, realizada em parceria entre a Fundação Seade e o Dieese.³

O resultado para o ano de 1985 mostrava a elevada discrepância existente entre os indicadores. A taxa de desemprego aberto medida pela PED era 32% superior à informada pela PME. Ademais, a PED mensurava um desemprego oculto da ordem de 4,7%, que, somado ao desemprego aberto, apontava um desemprego total de 12,5% na RMSP. Em termos gerais, a divergência entre os dois indicadores era de 110%.

Duas dimensões do desemprego para uma mesma região eram expressas pelos levantamentos existentes à época. Na PME, o resultado apresentado sinalizava uma situação de desemprego próxima àquela de natureza friccional. Ao contrário, a PED apontava um

contexto de desemprego preocupante, associado a uma situação de natureza estrutural.

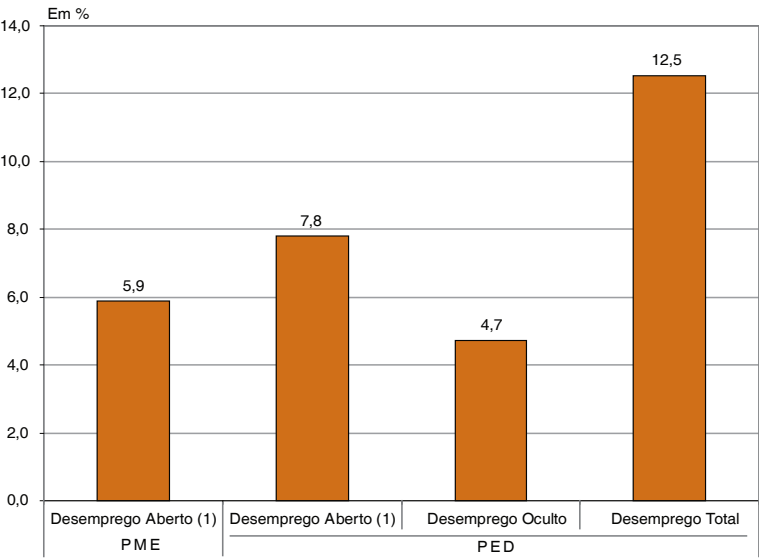
Em ensaio durante os anos de crise, Serra argumentava que

o desemprego [...] [era] [...] o problema número um para a maioria dos brasileiros [...] De fato, nesta primeira metade da década [de 1980], o fantasma da perda do emprego parece ter desbancado temores mais graves quanto os assaltos, a poluição, a seca ou as enchentes (SERRA, 1984, p. 5).

A dificuldade do indicador oficial de desemprego sinalizar o quadro de dificuldades existente à época decorria, em grande medida, do fato da crise de emprego não ter tido como principal tradução a situação de desemprego aberto. A ausência de um sistema de proteção ao trabalho, associado às políticas de seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra e qualificação, impunha que se estabelecessem trânsitos importantes de população da condição de ocupados formais para as de informalidade e de desemprego oculto.

Gráfico 2

Taxas de Desemprego, segundo Tipo
Região Metropolitana de São Paulo – 1985



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME. SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.
(1) Taxas de desemprego aberto em 30 dias.

Na RMSP, a PED trazia a inovação de mensurar o desemprego segundo alguns tipos básicos que, de um ponto de vista, encontravam relevância estatística e respaldo nas orientações sobre mensuração do desemprego estabelecidas pela OIT para seus países membros.

Os principais indicadores elaborados pela PED na RMSP, por meio da parceria Seade/Dieese, foram e continuam sendo os seguintes:

- Desemprego Aberto: pessoas de dez anos ou mais que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias.
- Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário – pessoas de dez anos ou mais que realizam, de forma irregular, algum trabalho remunerado, ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a

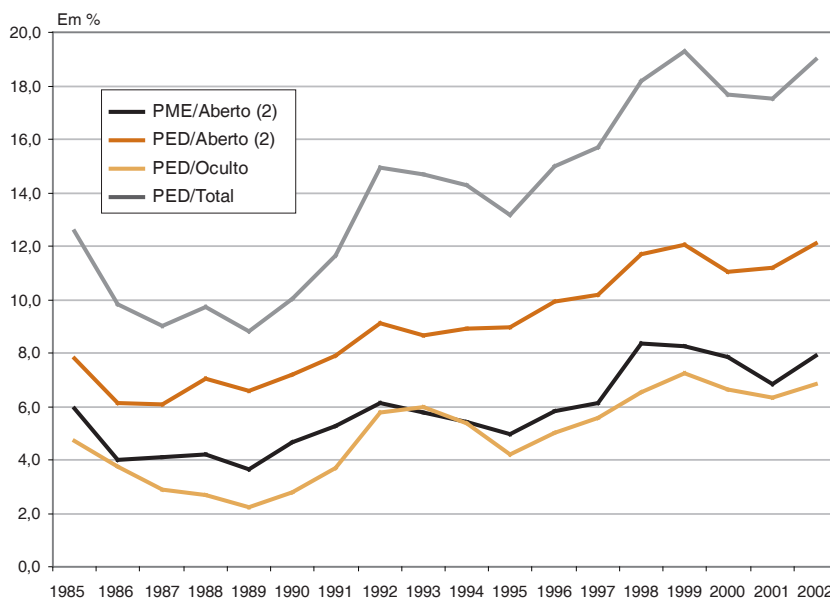
negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás.

- Desemprego Oculto pelo Desalento e Outros – pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

A metodologia adotada pela PED permitiu a construção de uma taxa de desemprego total correspondente à soma das taxas referentes aos três tipos de desemprego.⁴ Ademais, a pesquisa também garantiu elaboração do indicador clássico de desemprego aberto, caracterizado pelo não trabalho e procura em sete dias. Isto é, a metodologia desenvolvida pela

Gráfico 3

Taxas de Desemprego, por Tipo
Região Metropolitana de São Paulo – 1985-2000 (1)



Fonte: IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego – PME*. SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*. (1) O gráfico ficou restrito ao período de 1985 a 2002 devido: a PED não ter dados para os primeiros anos da década de 1980; e a PME ter modificado sua metodologia a partir de 2003.

(2) Taxas de desemprego aberto em 30 dias.

PED abriu a possibilidade de analisar o desemprego considerando a heterogeneidade que ele incorpora crescentemente e que não é possível de ser expressa pelo indicador clássico de desemprego aberto.

Uma análise geral da evolução das taxas de desemprego em um período mais longo reitera o argumento apresentado. A tendência de crescimento recorrente do desemprego ao longo dos anos 1990 ampliou a importância do desemprego oculto, levando em consideração que o desemprego total se incrementava mais rapidamente que o desemprego aberto, independentemente da fonte de informações.

As taxas de desemprego aberto da PED e da PME, apesar de manterem algumas diferenças ao longo do tempo, apresentam movimentos semelhantes. A recorrência da discrepância ao longo do tempo sugere que ela decorra de aspectos metodológicos específicos como, por exemplo, diferenças de estruturas de questionários.

Se considerado como núcleo explícito do desemprego, as taxas de desemprego aberto de ambos os levantamentos indicavam, até 2002, condições semelhantes do problema de emprego restrito a esta dimensão. Esta situação não era reafirmada quando introduzida a taxa de desemprego oculto e sua contribuição para o desemprego total. Cabe explicitar que, em 2002, a PED sinalizava uma taxa de desemprego total próxima a 19%, contra uma informada pela PME ao redor de 7%. Mesmo considerando que os indicadores mediam situações diferentes de desemprego, frente a esta discrepância, cabe perguntar: o que deve fazer a política pública de combate ao desemprego? Tomar a medida mais restrita ou a mais ampla? Se considerar a mais restrita, a política desconsiderará uma dimensão importante do desemprego. Portanto, o indicador da PED, que busca explicitar a heterogeneidade do desemprego, tende informar com maior qualidade a política pública.

O DESEMPREGO SEGUNDO A PED E A POLÍTICA PÚBLICA

Para compreender melhor a inovação metodológica da PED na mensuração do desemprego e sua contribuição para o desemprego, vale a pena explorar

um pouco os dados da pesquisa, focando-os sobre dimensões relevantes do ponto de vista da configuração socioeconômica da população metropolitana.

No Gráfico 4 é apresentada uma síntese da evolução do desemprego e de sua composição para as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Salvador. O aspecto relevante a ser ressaltado remete à diferença na composição e sua evolução no tempo. No início do período, o desemprego na RMSP era dominado pelo desemprego aberto em 7 ou em 30 dias.⁵ Menor relevância tinha as formas de desemprego oculto. Esta situação se modificou ao longo do período, tendo ocorrido redução relativa do desemprego aberto e incremento do desemprego oculto.

O movimento observado na RMSP aproximou sua composição do desemprego daquela encontrada para a Região Metropolitana de Salvador, onde o desemprego oculto sistematicamente teve maior expressão relativa.

Constata-se, portanto, que a diversidade de indicadores de desemprego permite explicitar diferenças entre o funcionamento dos mercados de trabalho, as quais não poderiam ser observadas se fosse adotado somente o indicador de desemprego aberto. Ademais, os resultados mostram maior sensibilidade do desemprego aberto na RMSP às alterações no nível de atividade da economia. O mesmo não foi observado em relação à Região Metropolitana de Salvador.

Portanto, a diversidade de indicadores explicita dinâmicas diferenciadas do desemprego para cada região, sinalização relevante para a adoção de políticas públicas que busquem enfrentar o problema da desocupação.

A diferenciação da composição do desemprego é reiterada quando analisada sob outras dimensões socioeconômicas, por exemplo, gênero. É comum a todos os levantamentos sobre desemprego, nacionais ou de outros países, mostrar um desemprego mais elevado para as mulheres. Em geral, o resultado é tomado como uma evidência de discriminação no mercado de trabalho.

Tomando-se os dados da PED, aparece uma informação adicional sobre a diferenciação do desemprego entre homens e mulheres. O desemprego para os homens ocorre com mais intensidade sob as formas

aberta em sete dias e oculta com trabalho precário. Já para as mulheres, ele se manifesta sob as formas aberta em 7 ou 30 dias e de desalento. São evidências sobre a maior probabilidade dos homens transitarem do desemprego aberto para o desemprego oculto por trabalho precário, o mesmo não ocorrendo para as mulheres. Estas tendem ao desemprego oculto, seja por trabalho precário, seja por desalento.

Diferenças na composição do desemprego aparecem também quando focada a partir da posição na família. O(s)s chefes tendem a ter um desemprego mais baixo que o(a)s cônjuges. Por outro lado, nota-se que o desemprego oculto por trabalho precário atinge mais o(a)s chefes que o(a)s cônjuges, ocorrendo o inverso com o desemprego oculto por desalento.

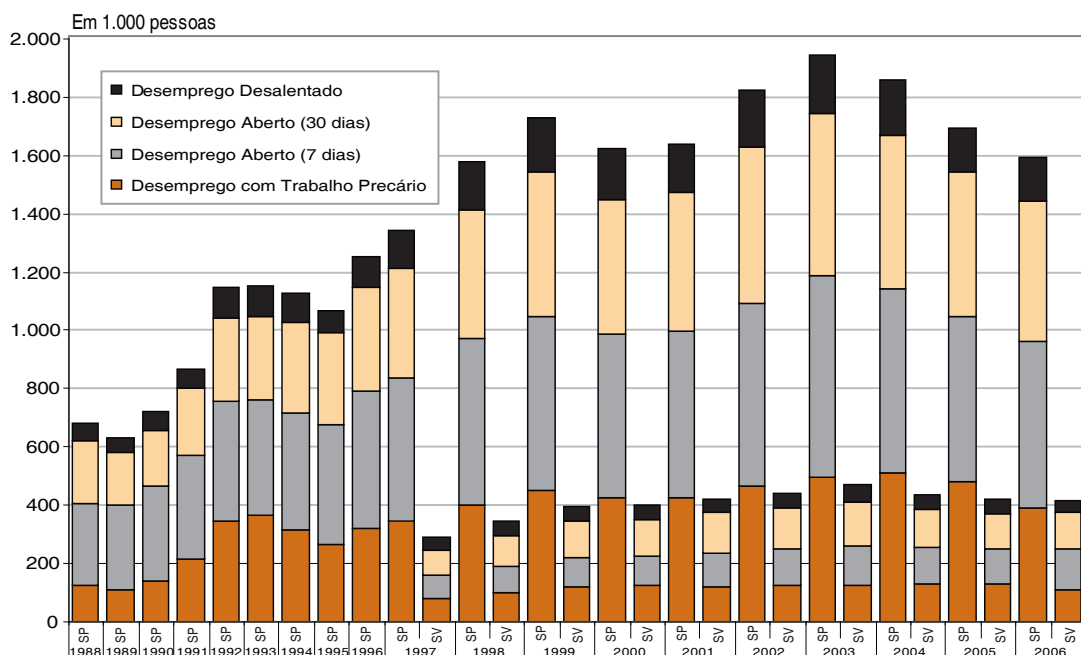
São indicações que o(a)s chefes, por terem em geral maior probabilidade de responderem financeiramente

pelas famílias, encontram-se constrangidos a irem para o desalento. Se esta situação tem relevância, confirma-se a necessidade de ampliar a medida do desemprego para além da sua forma aberta, em razão da ocorrência do desemprego por trabalho precário determinada pelas necessidades de sobrevivência daqueles que são atingidos mais intensamente pela falta de emprego e que, portanto, não conseguem cumprir as condições clássicas que caracterizam o desemprego aberto.

Do ponto de vista da política pública, interessa mais conhecer a heterogeneidade do desemprego do que uma forma específica da sua manifestação. Afinal, é seu objetivo enfrentar o problema tomando seu grau de diversidade. Ao considerá-lo, a política pública pode ser orientada e formatada segundo os determinantes do desemprego para segmentos específicos da população. As ações de geração de ocupação po-

Gráfico 4

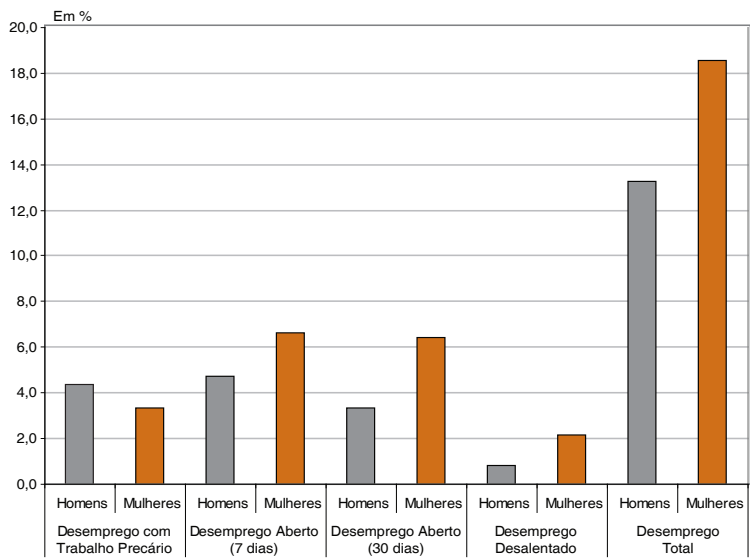
Evolução das Taxas de Desemprego Total e da Composição, por Tipo
Regiões Metropolitanas de São Paulo e Salvador – 1988-2006



Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Convênio Regional Seade – Dieese – SEI. Microdados. Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador. Elaboração do autor.

Gráfico 5

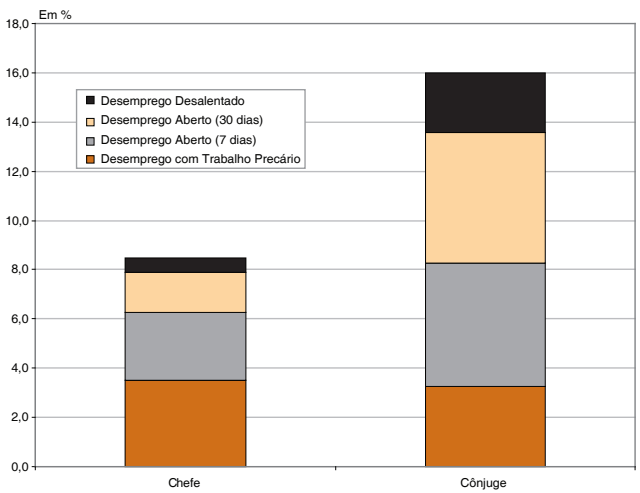
Taxas de Desemprego, segundo Tipo e Gênero
Região Metropolitana de São Paulo – 2006



Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*. Elaboração do autor.

Gráfico 6

Taxas de Desemprego, por Tipo, segundo Posição na Família
Região Metropolitana de São Paulo – 2006



Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*. Microdados. Elaboração do autor.

dem ser diferentes, por exemplo, para o(a)s chefes e para o(a)s cônjuges.

Os argumentos aqui apresentados tornam-se ainda mais evidentes quando se analisa a composição do desemprego segundo nível de renda familiar *per capita*. De acordo com os Gráficos 7 e 8, é possível verificar o comportamento das taxas de desemprego para as famílias com renda *per capita* 50% mais baixa e para aquelas do estrato 5% superior.

Mais uma vez, revela-se que o desemprego para a população mais pobre é significativamente superior ao encontrado para a parcela de renda mais elevada. Contudo, o aspecto relevante a ser ressaltado refere-se às distintas composições do desemprego para cada um dos segmentos sociais.

Para a população de renda mais elevada, predominava a forma de desemprego aberto. Já para a população mais pobre, nota-se que a importância do desemprego aberto é compartilhada com o desemprego oculto com trabalho precário.

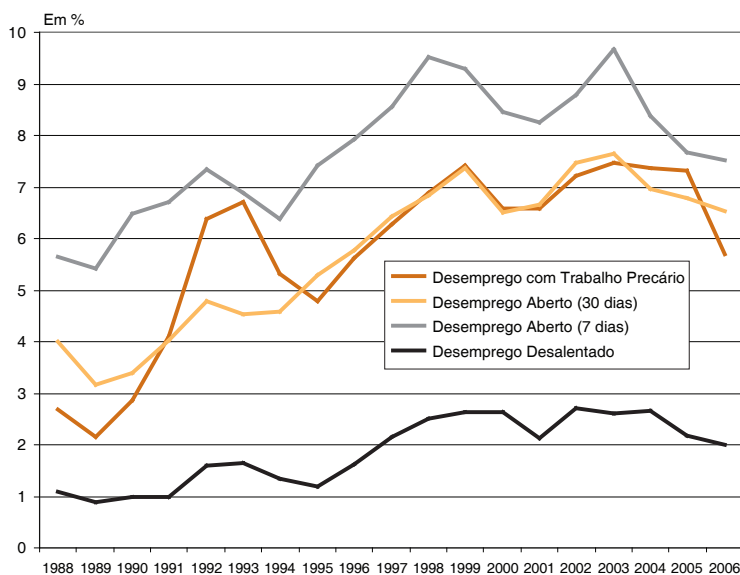
Se adotado somente o indicador de desemprego aberto, o problema de emprego tende a ser menos subestimado para o segmento da população de renda mais alta do que para aquele cuja renda é inferior. Portanto, a decisão em restringir a análise do desemprego à sua forma aberta minimizaria o problema para a população de baixa renda, distorcendo a sinalização possível de ser feita para a definição das políticas públicas de geração de emprego, trabalho e renda.

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi explicitar a importância da perspectiva metodológica adotada pela PED para a mensuração do desemprego. No início, ela serviu principalmente para deixar evidente a gravidade do problema de emprego durante a crise dos anos 1980, situação que era minimizada pelo indicador oficial da PME/IBGE; no presente, pode-se dizer que ela se tornou um instrumento importante de subsídio para

Gráfico 7

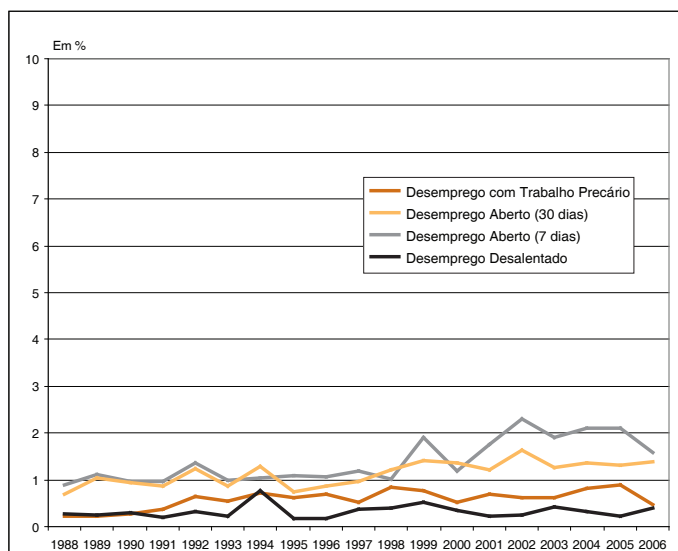
Taxas de Desemprego das Famílias com Renda per capita do Estrato 50% Inferior, por Tipo
Região Metropolitana de São Paulo – 1988-2006



Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Microdados. Elaboração do autor.

Gráfico 8

Taxa de Desemprego das Famílias com Renda per capita do Estrato 5% Superior, por Tipo
Região Metropolitana de São Paulo – 1988-2006



Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*. Microdados. Elaboração do autor.

as políticas públicas de emprego, trabalho e renda. Pode-se dizer também que a PED se transmutou, enquanto sistema de informação para a política pública.

A importância do papel cumprido pela PED acabou induzindo a reorganização da PME/IBGE, que, desde 2002, adota uma metodologia que reconheceu a heterogeneidade do mercado de trabalho e a necessidade de indicadores que sejam convergentes com esta configuração segundo uma outra perspectiva.

O aspecto que impressiona quando a trajetória da PED é analisada refere-se ao fato das suas inovações metodológicas continuarem atuais, bem como a pesquisa continuar sendo uma das poucas experiências de levantamento socioeconômico que busca captar a heterogeneidade do mercado de trabalho.

Ao contrário do esperado, a experiência internacional mostra que as experiências dos países desenvolvidos e em desenvolvimento permanecem centradas no desemprego aberto, continuando a desprezar outras

formas de desempregos introduzidas pela transformação do capitalismo, no final do século XX.

A iniciativa dos Estados Unidos de ampliar as formas mensuradas de desemprego pela *Current Population Survey* – CPS-BLS foi abandonada no início da atual década,⁶ reiterando a orientação de foco no desemprego aberto. No caso dos países da Comunidade Européia, a visão restrita continua dominante, bem como as atividades de construção do sistema europeu de informações socioeconômicas mantêm esta perspectiva metodológica.

Em suma, a PED inovou e continua sendo exceção em termos de metodologia para a mensuração do desemprego, tendo recebido recentemente a companhia da PME/IBGE.

A atualidade da PED evidencia o acerto da iniciativa e guarda esperanças quanto a sua capacidade de avançar metodologicamente, com o objetivo de apreender as transformações recorrentes do mercado de trabalho nacional.

Notas

1. Sobre as metodologias adotadas nas pesquisas socioeconômicas, ver Hoffmann (1996).
2. Sobre a mensuração do desemprego no capitalismo hoje, ver Dedecca (1996).
3. Sobre a metodologia da PED na Grande São Paulo, ver Troyano (1985).
4. Sobre a metodologia da PED, ver Hoffmann e Cutrim (2006), nesta edição.

5. A PED divulga somente o indicador de desemprego aberto em 30 dias. Porém, é possível decompor o período de referência de procura. Neste artigo, foram calculadas as taxas de desemprego para período de procura de até 7 dias e de 8 a 30 dias. Para facilitar a exposição e os gráficos, os indicadores foram denominados de desemprego aberto em 7 dias e desemprego aberto em 30 dias.
6. Sobre a inovação metodológica adotada, ver Bregger et al. (1995).

Referências Bibliográficas

BREGGER, J.E.; HAUGEN, S.E. BLS introduces new range of alternatives unemployment measures. *Monthly Labor Review*, Washington, DC, Bureau of Labor Statistics, v. 118, n. 10, 1995.

DEDECCA, C.S. Desemprego e regulação no Brasil hoje. *Cadernos do Cesit*, Campinas, Unicamp-IE-Cesit, n. 20, 1996.

DIEESE. *Emprego e desemprego na Grande São Paulo: conceitos, metodologia e principais resultados – 1981-83*. São Paulo: 1984.

HOFFMANN, M.; BRANDÃO, S. Medição do emprego: recomendações da OIT e práticas nacionais. *Cadernos do Cesit*, Campinas, Unicamp-IE-Cesit, n. 22, 1996.

HOFFMANN, M.B.P.; CUTRIM, M.A.B. A classificação da condição de atividade na PED. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 4, p. 18-35, out./dez. 2006.

OIT. *Employment, income and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*. Genebra: OIT, 1972.

SERRA, J. A crise e o flagelo do desemprego. *Revista de Economia Política*, São Paulo, Brasiliense, v. 4, n. 4, 1984.

STEWART, B. *The International Labor Organization and unemployment*. In: ANNAL OF THE AMERICAN ACADEMY OF POLITICAL AND SOCIAL SCIENCE, New York: Sage Publications, v. 166, 1933.

TROYANO, A.A.; HOFFMANN, M.B.P.; HAGA, A.; CHAIA, M.W. A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego: a pesquisa Fundação Seade/Dieese. *Revista da Fundação Seade – São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 1, n. 1, p. 2-6, jan./abr. 1985.

CLAUDIO SALVADORI DEDECCA
Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

Artigo recebido em 4 de julho de 2006.
Aprovado em 28 de setembro de 2006.

Como citar o artigo:

DEDECCA, C.S. O desemprego na Pesquisa de Emprego e Desemprego. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 4, p. 46-57, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.